

Demandas comunicacionais para a Sociedade Civil na sociedade em rede: uma visão organizacional tripartite¹

Fred Izumi Utsunomiya²

Universidade Presbiteriana Mackenzie – Centro de Comunicação e Letras

Resumo

O homem moderno encarna – dentro do contexto de sociedade em rede – a multiplicidade de papéis sociais, por vezes contraditórios, decorrentes das configurações político-sociais-econômico-culturais e ideológicas que assume. Através da perspectiva da visão tripartite da sociedade, a Sociedade Civil (Terceiro Setor) pode ter um olhar diferenciado das demandas sobre a sociedade como um todo além da perspectiva do mercado (Segundo Setor) e do Estado (Primeiro Setor). As demandas provocadas pela preocupação pela sustentabilidade e “segurança nacional” são pautas presentes na agenda das grandes organizações. As possibilidades de usos das novas tecnologias de informação e comunicação nos para a construção de uma sociedade sustentável e segura.

Palavras-chave

Sociedade Civil; Sociedade em Rede; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação; Processos Comunicacionais

1. Introdução

A sociedade de consumo, que valoriza o individualismo e o indivíduo enquanto consumidor, desafia a lógica de manutenção perpétua do sistema quando se introduz o conceito de sustentabilidade. A civilização proporcionada pelo triunfo do capitalismo liberal-democrático é amplamente aceita como a fórmula finalmente encontrada da melhor sociedade possível, cabendo apenas torná-la mais justa e tolerante. Os Estados nacionais sentam-se à mesa de negociações para buscar soluções para conflitos econômicos e políticos baseado nesses pressupostos, mas esse modelo liberal-democrático é constantemente ameaçado por outras formas de “capitalismos” (o híbrido modelo chinês – “um governo, dois sistemas”, por exemplo), e “socialismos” (a revolução “bolivariana” que, a despeito da falta de precisão

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático “Vigilância, ciberativismo e poder”, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Professor do Centro de Comunicação e Letras (CCL) da Universidade Presbiteriana Mackenzie, coordenador dos cursos de pós-graduação do CCL. Graduado em Publicidade e Propaganda, pós-graduado em Gestão de Processos Comunicacionais e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Estudioso dos aspectos comunicacionais de organizações do Terceiro Setor e novas TIC.

conceitual, divide os ânimos e paixões na América Latina). O tema “segurança nacional”, após os atentados de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas do World Trade Center nos Estados Unidos foi colocada em escala máxima de prioridades por muitos países, e uma nova forma de atuação geopolítica global foi posta adiante pelo governo Bush, em nome do que se chamou de “Guerra preventiva”. O governo Obama herdou um grande estigma e duas guerras locais (Afeganistão e Iraque) além da reputação e imagem de país líder mundial destruída. Por outro lado, a crescente possibilidade de participação popular no cenário político mundial, devido ao acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s)³, possibilita um panorama bastante profícuo para o estudo das questões comunicacionais. É nesse contexto que este artigo propõe-se a refletir.

2. O grande palco global e seus atores

Ao longo da História, grupos sociais sempre exerceram seu papel de atores sociais no ambiente sócio-cultural-econômico e político. Hoje, essa atuação é mais intensa, e o palco global pode ser assistido por qualquer pessoa, de qualquer parte do mundo, mediante o acesso e utilização das novas TIC’s. A possibilidade de conexão à rede de computadores mundial é, portanto, uma condição *sine qua non* para estar integrado – ao menos como espectador – no desenrolar do enredo histórico de desenvolvimento da Humanidade.

Nesse cenário social recente, muitas instituições são identificadas como “pessoas jurídicas”: elas possuem registro e obrigações legais, regulamentos e dispositivos próprios para sua gestão e interação com o governo e com a comunidade. Sob esse prisma de formalização, do outro lado do espectro, existem os movimentos sociais informais. No âmbito legal, uma organização formal é constituída como uma pessoa jurídica que, a partir da união de pessoas físicas e de patrimônios, mediante um contrato social público ganha identidade diante do palco social, podendo “atuar”, adquirindo e exercendo direitos e contraindo obrigações. As pessoas jurídicas tornam-se “entidades”, pois compram, vendem, agem, planejam, pensam, **comunicam-se** com diversos públicos, enfim, atuam no cenário social, político-econômico e cultural da sociedade, no desenvolvimento do processo histórico e social. Outra instituição, como o Governo, é concebido através de outros processos políticos,

³ As tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações, como exemplo: sites da Web, equipamentos de informática (*hardware* e *software*), telefonia, telefonia celular, mídias locativas etc.

gerando também organizações-atores. A sociedade se articula e cria suas próprias instituições. Para Gilberto Dupas (2005, p.26-27), eminente estudioso sobre globalização, economia e política internacional, citando o cientista político Joseph Nye⁴, os atores do cenário social são jogadores no xadrez global do poder. Ele recorre à metáfora de um tabuleiro de xadrez tridimensional de três níveis, onde, no tabuleiro de cima, encontra-se os Estados Unidos ocupando a maior parte do jogo como única potência econômica global, com capacidade de fazer guerra onde quiser com seus próprios recursos. O tabuleiro do meio representaria o poderio econômico, com os EUA, Europa e Japão ocupando boa parte do jogo, mas com a China e outros países “emergentes”, tentando cada qual ocupar seu lugar. O tabuleiro de baixo é representado pelos inúmeros atores sociais em nível local e internacional. E é nesse terceiro tabuleiro que as novas TIC’s operam como disseminadoras de instrumentos de poder, trazendo maior equilíbrio aos atores em cena. O “jogo” é desenvolvido nos três níveis, e a moral da história é que a hegemonia no primeiro plano não será sustentada se não houver equilíbrio nos outros dois. Essa lógica/metáfora pode ser aplicada também em escalas menores, como países, estados e cidades.

Conforme Dupas, esses atores podem ser agrupados em três grandes áreas principais: área do **Capital** (atores da economia global, incluindo corporações, sistema financeiro, associações empresariais, acionistas); a área da **Sociedade Civil** (indivíduos e organizações sociais não-governamentais) e a área do **Estado** (Executivo, Legislativo, Judiciário, partidos políticos e instituições internacionais). Essa divisão tripartite da sociedade representa em boa parte, sob o aspecto de legitimidade e poder, a complexidade da sociedade atual. Ficam de fora dessa perspectiva conjuntural, mas não do palco global, grupos à margem da lei e da ordem, como organizações terroristas (que tem voz e poder), e criminosas, como traficantes e grupos que exercem um poder paralelo através de coerção e violência. É importante perceber que na sociedade contemporânea, empresas e organizações tem “voz”, “intenções” e se “comunicam”, enquanto atores do cenário social, político e histórico, sobretudo num ambiente midiático, onde os meios de comunicação e as novas TIC’s desempenham um papel estratégico preponderante, sobretudo se considerarmos as assimetrias de poder, de influência e de acesso à informação que caracteriza cada ator social. A possibilidade de haver maior

⁴ Reitor da Escola Kennedy de Governo, de Harvard, ex-presidente do Conselho Nacional de Inteligência dos EUA. Desenvolveu o conceito de “*soft power*”, no qual contrapõe a recente política norte-americana de hegemonia política e econômica através da força bruta e intervenção militar, a qual denominou “*hard power*”.

comunicação de mão dupla, não apenas unidirecional e impositiva, particularmente devido à proliferação dos meios de comunicação e redes digitais, permitiu aos indivíduos e organizações menores o acesso ao “palco global”, disputando a atenção da audiência e reivindicando sua “voz”, diminuindo essas assimetrias (ou acentuando-as no caso daqueles que se colocaram à margem desse fenômeno) na atuação no palco global. A sociedade dos **meios de comunicação de massa** começa a se transformar na sociedade de **comunicação em rede**, onde o fluxo de comunicação não é mais unilateral, vertical e impositivo, mas interativo, horizontal e dialógico.

3. A Sociedade Civil e a esfera do Espaço Público

No início da década de 70, Jean-François Lyotard, percebeu e registrou grandes mudanças de paradigma na ciência e na tecnologia, definindo a sociedade contemporânea como sendo uma **sociedade pós-industrial** (LYOTARD, 1998). Em 1985, Adam Schaff reconhecendo o papel dos computadores na configuração social e econômica denominou-a como sendo a **sociedade informática** (SCHAFF, 1995). Alvin Toffler batizou-a de **sociedade do conhecimento** (TOFFLER, 1990), após tê-la chamado de sociedade da **era da informação** (1980) e, em 1995, Nicholas Negroponte considera o estágio da sociedade pós-informação base para uma **sociedade digital** (NEGROPONTE, 2001). Manuel Castells definiu-a como **sociedade em rede** (CASTELLS, 1999), compreendendo o papel da interligação em rede que os computadores possibilitaram para uma nova configuração social e econômica. Esses autores apresentam distintas visões do desenvolvimento da sociedade atual, mas que possuem aspectos comuns caracterizados por esta ser uma sociedade globalizada, calcada no desenvolvimento tecnológico de ponta, com alto crescimento da atividade econômica no setor de serviços e que se utiliza intensivamente do conhecimento (informação e entretenimento) através das inovações tecnológicas oferecidas pela microeletrônica, pela informática e pelas novas tecnologias de comunicação. Essa configuração sócio-econômica deriva do novo paradigma econômico que hoje é denominado Economia da Informação⁵, que identifica a transferência do modelo produtivo baseado na **matéria** como matéria-prima, para

⁵ Conceito lançado pelo economista austríaco Fritz Machlup em 1962, mas popularizado pelo ex-economista chefe do Banco Mundial Joseph Stiglitz (Prêmio Nobel de Economia - 2001), que trata do Conhecimento (ou informação) e a sua distribuição “assimétrica”, como uma mercadoria e bem de produção necessária às atividades econômicas no sistema Capitalista pós-industrial.

o **conhecimento**, como insumo principal. A sociedade digital, informacional e conectada é o cenário do grande jogo global. Saímos do campo da economia exclusivamente calcada em **átomos** para uma economia cada vez mais baseada em **bits**.

E nesse contexto de “atores de um jogo global” torna-se indispensável, sob a ótica tripartite de Dupas, identificar quem são atualmente esses atores.

Na esfera do **Capital**, as organizações que visam lucro e as organizações não-governamentais que as representam e atuam em nome de seus interesses constituem-se em atores globais protagonistas. Desde a ascensão da burguesia na idade moderna e advento do capitalismo industrial, as grandes corporações competiram e superaram os Estados nacionais em sua atuação no palco global. O mercantilismo estatal intensificou as trocas de bens em nível global, mas foi a revolução industrial burguesa que possibilitou o surgimento do capitalismo industrial, a produção em série para as massas consumidoras e os meios de comunicação de massa, configurando a atual sociedade capitalista pós-industrial. As empresas multinacionais superaram suas fronteiras e influências culturais e econômicas nacionais, propagando-se, inclusive, com poderio político (e até militar) em muitas regiões do planeta. A área do Capital, foi também a que mais desenvolveu, contribuiu e utilizou-se das novas TIC's para o desenvolvimento de suas atividades. O interesse primeiro da esfera do Capital com o advento da sociedade da informação continua o mesmo: com a consagração do modelo neoliberal (pautada na liberdade de escolha, na noção da inviolabilidade do conceito de “privado”, a democracia como única forma aceitável de governo e na constante busca pelo Estado Mínimo): o estímulo ao consumo e a busca pelo lucro. No entanto, na lógica da Economia da Informação o conhecimento é um bem estratégico que promove a assimetria e, portanto, a competitividade. Esse conhecimento é representado, sobretudo, pelas patentes e os direitos autorais – base de sustentação das indústrias da Economia da Informação – que estão em constante “ameaça” devido à possibilidade de apropriação indébita (pirataria) de tecnologia. Por um lado, há defensores de que o modelo de *copyrights* seja mudado, tanto para o desenvolvimento do capitalismo, como defende Yochai Benkler (BENKLER, 2006), quanto para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, como defende Sérgio Amadeu da Silveira, no que se refere especificamente ao uso de *softwares* livres (SILVEIRA, 2003 e 2004), entendendo que a inclusão digital pode e deve ser realizada através da disseminação da cultura *copyleft*, que mantém os direitos de propriedade intelectual do autor, mas permite-se a livre disseminação dos programas para fins não-comerciais. Essa lógica

permitiria o acesso de muito mais pessoas a plataformas de comunicação e informação digitais, pois os custos econômicos diminuiriam.

Na área do **Estado**, é inegável a centralidade dos governos para a atual configuração da sociedade informacional. A própria Internet, surgida a partir de uma concepção para uso militar no contexto da Guerra Fria, foi um projeto governamental norte-americano antes de se tornar um espaço público. Para a manutenção, desenvolvimento e acesso à internet os governos nacionais possuem papel fundamental. Segundo Castells:

... o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados (1999, p.31).

No entanto, há dois aspectos estratégicos importantes que estão sendo questionados e discutidos nesse âmbito. O primeiro deles, é a respeito do papel do Estado na própria sociedade. A autonomia dos Estados nacionais é questionada ao mesmo tempo pelos atores econômicos e pela Sociedade Civil mundial (DUPAS, 2005, p.27-28). Protecionismo econômico, regulação de mercados, privatização ou estatização, livre-comércio, livre circulação de pessoas entre outros temas, são frequentemente levados ao debate e incluem a questão dos Estados nacionais. Ao mesmo tempo, ha uma parcela da sociedade que declara a “falência do Estado do bem-estar social, principal provedor de serviços sociais aos cidadãos. A falência do Estado e o apogeu do liberalismo, com a concepção do Estado Mínimo, paralisou o Primeiro Setor, que é o próprio Estado” (MELO NETO & FROES, 1999, p.2). A segunda questão é sobre o poder de vigilância sobre os meios de comunicação e, sobretudo, ingerência sobre a internet. Esse processo conduzido pelo Estado, seria voltado – em tese – para a defesa dos interesses do cidadão e/ou da coletividade. No entanto, essa pressuposição é bastante complexa, uma vez que em que o Estado vive em constante pressão dos interesses econômicos da iniciativa privada, as “forças sociais dominantes” de Castells (p.31) por um lado e, por outro, a tentação de exercer um controle excessivo sobre a economia e meios de comunicação, característica própria de sistemas políticos totalitários, uma vez que controle do ambiente informacional traz um grande poder a quem detem o acesso às informações e os meios de comunicação, e nesse aspecto, a relação “Estado” e “governo” ainda é conflituosa. Num ambiente controlado, a liberdade estaria sempre ameaçada e a capacidade de exercer o poder de coerção seria ampliado. O governo chinês, por exemplo, permite que sua população

tenha acesso à rede internacional de computadores, mas há sites e informações censuradas, além de interceptação e monitoramento de correspondência eletrônica, sob pretexto de se assegurar “interesses de segurança nacional”. Há registros de inúmeras sanções e punições que o governo realizou em função desses monitoramentos. Direitos individuais como o de livre-expressão e o de acesso à informação que, como cidadãos, os chineses deveriam ter, são ignorados pelo Estado. Na China, a censura na internet é algo normal:

... na rede também há censura e inúmeras páginas com conteúdo “sensível” não podem ser abertas na China. Temas como *Falun Gong*, *direitos humanos*, *Dalai Lama*, *independência de Taiwan* e *dissidentes chineses* estão proibidos no país. Notícias específicas em sites de jornais estrangeiros também são bloqueadas quando desagradam os censores. (TREVISAN, 2006, p. 168)

Inúmeros outros países também tentam exercer esse controle limitando e monitorando o acesso e a interação com a internet. Por outro lado, com a proliferação de organizações criminosas e terroristas, que se utilizam amplamente da rede, quem teria o direito e, com que prerrogativas, de rastrear as comunicações e monitorar a internet e as novas TIC's em nome da “segurança nacional”? Dr. Ian Brown, pesquisador do Oxford Internet Institute, especialista em temas de políticas públicas sobre informação e Internet, está realizando um estudo para a Comissão Européia sobre a futura lei de proteção de dados. Ele questiona o uso da tecnologia e a ingerência do Estado na questão privacidade x segurança:

Muitas dessas tecnologias representam ameaças inerentes à vida privada: eles permitem que o Estado controle de modo muito próximo a vida dos cidadãos. Mas elas não são infalíveis - pelo contrário, essas tecnologias, por sua natureza, estão sujeitas a graves limitações e falhas. Técnicas de levantamento de “perfil” e “data mining” podem funcionar até um certo ponto, mas inevitavelmente podem levar a ações contra um grande número de pessoas inocentes, em escalas inaceitáveis numa sociedade democrática e que torna o intento inútil. Tentativas de se identificar incidentes muito raros ou alvos a partir de um grande conjunto de dados são altamente suscetíveis de provocar grandes números de “falsos positivos” (identificando pessoas inocentes como suspeitos), e “falsos negativos” (não identificar verdadeiros criminosos ou terroristas). (BROWN & KORFF, 2009, p.125 – tradução do autor)

Ao mesmo tempo, surgem novas questões de direito: Como controlar a pirataria, assegurando os direitos das empresas sobre a propriedade intelectual dos bens informacionais? A internet deve ser regulamentada? Por quem? Quem deve ter ingerência sobre satélites? Este é um debate que envolve todos os setores da sociedade.

E, finalmente, a propósito desse debate, surge no âmbito da **Sociedade Civil**, o terceiro ator no jogo global. A discussão do conceito de Sociedade Civil, é importante neste aspecto, pois é ela que – em tese – faria o contraponto entre as “forças do Capital” e os

“interesses nacionais”, além de ser a base de toda a sociedade. Norberto Bobbio faz uma profunda análise das bases que poderiam constituir a Sociedade Civil e numa delas chega à idéia de que ela emanaria do conceito de **cidadão** e de **civilizado** – em contraste à condição humana de tempos históricos anteriores: **tribal** e **bárbara** (BOBBIO, 2007, p.47), conceito também explorado por Karl Popper, que a denomina idealmente de **sociedade aberta**, em oposição à uma sociedade sem liberdade (POPPER, 1974, p.188).

Em meio a esse jogo global, existem pessoas: **cidadãos e contribuintes**, de acordo com a visão do Estado e **consumidores e colaboradores**, segundo a visão do Capital. Na perspectiva importante de que o homem é um **ser humano civilizado**, conforme a ótica de Bobbio e Karl Popper. Uma Sociedade Civil deveria ter esses pressupostos: ser uma comunidade civilizada, com vistas ao desenvolvimento humano, democrática e livre.

No entanto, Liszt Vieira enxerga nessa arena o conflito entre o Estado, o mercado e segmentos da Sociedade Civil e traz à tona a importância da idéia de **espaço público**, segundo o conceito de Habermas:

“é o local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Os movimentos sociais constituem os atores que reagem à reificação e burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica. Eles disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade [...] É o espaço do debate público, do embate dos diversos atores da sociedade [...] A reconstrução do espaço público se dá, segundo Habermas, dentro de uma perspectiva emancipatória, contemplando procedimentos racionais, discursivos, participativos e pluralistas, que permitam aos atores da sociedade civil um consenso comunicativo e uma auto-regulação, fonte de legitimidade das leis. Nem o espaço doméstico, nem o espaço de produção contêm esse potencial democrático. A autonomia do espaço público participativo revaloriza o primado da comunidade e da solidariedade, possibilitando a libertação da sociedade civil dos imperativos sistêmicos, isto é, dos controles burocráticos do Estado e das imposições econômicas do mercado. (VIEIRA, 2001, p.63-64).

Vieira afirma que o modelo habermasiano, “amplia o âmbito da atividade política, fertilizando-a com os *influxos comunicativos* provenientes da sociedade civil” (p. 65). Portanto, a questão de fluxos e processos de comunicação permanente é de fundamental importância para a simetria de poderes no palco global e a atual configuração da sociedade em rede depende da boa gestão desses recursos. As novas TIC’s permitem o cumprimento desse papel.

Uma nova e urgente pauta que surge na agenda do palco global é a questão do desenvolvimento sustentável. A esfera do Capital, devido às características inerentes à sua natureza, freqüentemente se vê atuando contra os interesses sociais, pois a natureza do sistema Capitalista objetiva a geração e acúmulo de riquezas, que muitas vezes se traduzem em

práticas e procedimentos altamente destrutivos e insustentáveis do ponto de vista ambiental. A exploração à exaustão dos recursos naturais do planeta com finalidade de se alimentar uma civilização baseada no consumo, na descartabilidade e na vaidade tem gerado uma grande preocupação a todos os atores do palco global. Apesar do surgimento de empresas “socialmente responsáveis” e “ambientalmente sustentáveis”, a pressão mundial causada pelo crescimento populacional e aumento de consumo (conspícuo, muitas vezes), juntamente com a inevitável escassez de oferta de matérias primas e energia, além da suspeita de que o aquecimento global tem origem nas atividades econômicas humanas tem causado sérias dificuldades para que empresas que visam lucro protagonizem eficientemente transformações sociais e comportamentais que comprometam seu balanço financeiro.

Somente a intervenção governamental e pressão da sociedade poderia alterar o nível de degradação ambiental que a humanidade tem sofrido. Surge, portanto, uma área de confluência onde é imprescindível não apenas o diálogo trilateral entre o Capital (empresas), o Estado (países) e as organizações da sociedade civil, mas a visualização e a construção de projetos participativos conjuntos. Como afirma Fernando Almeida, integrante do Conselho de Administração da Avaliação Ecosistêmica do Milênio, patrocinada pela ONU, a respeito da conclusão da Cúpula de Johannesburgo (a chamada Rio +10)

Não há formulação de política ou solução possível sem o envolvimento dos três atores fundamentais na sociedade – empresas, governos e sociedade civil, tendo o conhecimento produzido pela ciência como orientação (ALMEIDA, 2007, p.54)

Néstor Canclini (2008) traz uma reflexão sobre a influência que o acesso ao consumo (mercado) confere às pessoas que não tinham acesso à cidadania. Esse aspecto de encarar o **consumidor** como **cidadão** é um importante fator a ser considerado no âmbito da sociedade civil, onde a iniciativa privada (o Capital) precisa ser visto não somente como uma força “contra” a sociedade, mas também “em seu favor”, pois na verdade, ela também é uma de suas constituintes.

Esse discurso é bastante próximo ao proferido pelos atores da Sociedade Civil que compõem o Terceiro Setor, um termo recorrentemente usado para se referir ao universo de entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades voltadas para beneficiar a sociedade em geral, ou cumprir seus interesses a partir da autogestão. A expressão surge também da divisão da sociedade em três grandes setores, mas a partir da perspectiva econômica: O Primeiro Setor é o Estado – instância social que recolhe tributos e os distribui à

sociedade em geral, valendo-se de sua autoridade por meio da coerção (força da lei, aparato policial, órgãos de fiscalizadores). O Segundo Setor são organizações da iniciativa privada – visam lucro e agem de acordo com a lógica de mercado, desenvolvendo-se de acordo com a capacidade de acumular Capital. E, por fim,

o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1995).

Num sentido mais amplo, as atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor englobam não somente as instituições sem fins lucrativos ou ONG's, mas atores governamentais (regulando, intermediando ou mesmo financiando as ações) e atores do Segundo Setor, empresas privadas que, através de uma visão de exercício de filantropia empresarial, responsabilidade social empresarial ou marketing social, atuam em parceria ou desenvolvem atividades com fins sociais sem objetivar lucros diretos. Outras terminologias também podem ser identificadas com o Terceiro Setor: setor independente, setor voluntário, entidades filantrópicas ou assistenciais, organizações não-governamentais, organizações sem fins lucrativos, organizações da sociedade civil, fundações, institutos, associações etc.

No Brasil, costuma associar-se o conceito Terceiro Setor a organizações de assistência e promoção social, entidades filantrópicas e organizações não-governamentais que militam em causas sociais, ambientais, educacionais ou culturais. Também é associado a fundações e instituições de empresas, e projetos patrocinados sociais pela iniciativa privada.

Rubem César Fernandes diz que o “Terceiro Setor é uma expressão de linguagem entre outras”⁶ e de fato, ele se posiciona, portanto, na esfera da linguagem, além de se constituir num espaço público segundo o conceito de Habermas. O diálogo institucional para o interesse social é privilegiado nessa esfera. E é esse conceito de Terceiro Setor, como ator social e representante da Sociedade Civil numa sociedade tripartite, onde o jogo global é desenvolvido em três níveis, agora com um panorama de realidade comunicacional onde as novas TIC's podem fazer diferença num mundo onde a demanda por uma agenda pautada em desenvolvimento sustentável é premente. De fato, parece haver uma “desideologização” e um

⁶ FERNANDES, Rubem César. "O que é o Terceiro Setor?" In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 25

afastamento de uma dimensão mais política e conflituosa da concepção de palco global de Dupas, Nye, Habermas e Vieira. Mas essa construção discursiva que é o Terceiro Setor, de fato configura-se como um ator global utilizando-se de diálogos entre as áreas do Capital, do Estado e da Sociedade Civil. Inúmeros projetos sociais financiados tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada são geridos por organizações não-governamentais. A participação de indivíduos comuns, voluntários e cidadãos, nesse processo, alguns providos com grande arcabouço teórico e outros nem tanto, chama a atenção por esses integrantes trabalharem lado a lado em causas comuns, apesar de diferentes matizes ideológicos e políticos que cada participante traz de suas origens. De certa maneira, de fato a **solidariedade** é o discurso principal para justificar as ações das organizações do Terceiro Setor.

4. Demandas Comunicacionais para o Sociedade Civil

Portanto, se as organizações hoje são atores sociais, elas estão desempenhando um papel, ocupando um espaço, determinando ou influenciando rumos. Essa atuação social deve estar se desenvolvendo à medida em que os atores se comunicam, se inter-relacionam, fazem seus pronunciamentos, delimitam uma área a ser conquistada, ocupada e mantida no espaço social, inclusive, na mente das pessoas. A sustentabilidade entra na pauta do mundo e nas agendas de todas as organizações – governamentais, privadas ou não-governamentais – pois o alerta da mídia face a grandes temas macroambientais como: aquecimento global, escassez de energia e alimentos, poluição, desequilíbrio ecológico, pobreza entre outros é frisada constantemente em diversas instâncias onde as três áreas procuram diálogo para encaminhamento dessas questões.

As oportunidades e meios para o exercício do ativismo por parte de cidadãos e organizações da Sociedade Civil se encontram na sociedade em rede. O acesso à internet proporciona uma comunicação de duas mãos de alcance e impacto potencial imensuráveis. Informações postadas em sites, blogs e apropriadas por grupos de comunicação podem ser letais para empresas e governos. Escândalos, denúncias de corrupção, irregularidades ou erros cometidos por atores do Capital e do Estado podem minar a credibilidade e colocar em cheque a legitimidade e reputação desses atores globais. O acesso a um canal incontrolável de informação e denúncias, possibilitando a participação que outrora era circunscrita a alguns “ativistas e revolucionários”, que apenas podiam fazer pichações, panfletagem ou mobilizar

manifestações de modo localizado. A internet possibilita tudo isso de modo infinitamente mais fácil, rápido e com alcance e impacto potencialmente maiores. É claro que esse empoderamento da sociedade, camadas da sociedade e indivíduos é visto com reservas pelo Estado, que tem procurado argumentos e modos para “regulamentar” a internet.

Paralelamente, há outra temática extremamente relevante: a da segurança global. Guerras “preventivas”, busca por artefatos nucleares e conflitos militares por motivos econômicos, religiosos e étnicos são realidades e temas frequentes nas reuniões dos líderes políticos mundiais. Nessa esfera, entretanto, a presença atores globais do Capital acabam se escondendo, pois o protagonismo de empresas privadas na discussão de programas de desenvolvimento sustentável é aceitável, mas a presença de empresas num conflito militar, por exemplo, não traz um bom retorno de imagem publicitária (à exceção dos produtores de armamentos e equipamentos bélicos). A Sociedade Civil é a que mais sofre nos grandes conflitos bélicos. No entanto, há uma mistura de discursos nacionalistas, étnicos, religiosos ou políticos que separam e dividem os interesses de uma região, povo ou sociedade, na maioria das vezes motivadas por interesses econômicos de grupos ou organizações. De fato não há “solidariedade” que possa contra a força do Estado (governo) e do Capital nessas condições. Nessas situações há a necessidade de mediação e intermediação de outros organismos para o diálogo e encaminhamento para a resolução dos conflitos. Há líderes e países que se configuram nessa condição de mediadores. No entanto, qual é a voz da sociedade (e não apenas de grupos) nesse processo? Qual é a articulação (que depende da mobilização e da comunicação) para que interesses de pessoas – cidadãos – seja respeitado e levado em consideração, segundo um estágio de civilidade que, se espera, a humanidade tenha alcançado? Há casos em que as TIC’s tem dado voz a essas parcelas representativas excluídas do processo de construção de alternativas de consenso. O jovem jornalista e voluntário palestino, Sameh Habeeb mora em Gaza e possui um blog, chamado “Gaza Today” (<http://gazatoday.blogspot.com>), onde divulga notícias, faz denúncias, publica fotos, servindo como uma fonte de informação para muitos jornalistas do mundo inteiro. Através do Twitter, Laila El-Haddad, também de Gaza, publica pequenos *flashes* sobre a guerra. Ela compartilha com quase 500 pessoas (*followers*), através do seu perfil “Gazamom” (Mãe de Gaza) notícias que acha serem importantes, a partir do ponto de vista de uma mulher e mãe. Esses dois personagens ganharam voz e o são ouvidos pelo mundo através da internet. O alcance e impacto de suas idéias dificilmente ultrapassariam suas fronteiras de outra maneira. Apesar

desses blogs serem apenas uma forma de expressão, denúncia ou protesto, a divulgação de notícias do ponto de vista de quem está sofrendo num conflito é muito importante para a conscientização e possível mobilização da opinião pública, que pode mover a ações mais concretas dos atores globais.

Mas quais seriam outras demandas e oportunidades comunicacionais para a Sociedade Civil num panorama onde sabe-se que há conflitos nos interesses do Estado (que em tese representa a expressão da vontade da sociedade), do Capital (que de fato, é parte da sociedade) e da Sociedade Civil sobretudo em temas como “democracia”, “direitos civis” e “inclusão social”? O blog da cubana Yoani Sánchez (www.desdecuba.com/generaciony/) é uma forma de expressão que, num país sem mídia independente, onde tudo é controlado pelo Estado, encontrou na internet um meio de poder expressar-se sem amarras. De fato há um caráter político nessa situação, mas a liberdade de expressão é um fator que caracteriza uma sociedade aberta e uma Sociedade Civil forte.

Segundo a ONG Human Rights Watch cerca sessenta pessoas estão presas na China por terem usado a internet para manifestar opiniões contrárias aos interesses oficiais. A jornalista Cláudia Trevisan comenta dois casos:

Um dos casos mais controvertidos foi a condenação, a dez anos de prisão, do jornalista Shi Tao, sob acusação de revelar segredo de Estado a estrangeiro. Em abril de 2004, Shi enviou ao site Democracy Forum, de Nova York, comentários sobre documento do Departamento de Propaganda do Partido Comunista que abordava preocupações das autoridades com o aniversário do massacre da praça Tiananmen, em junho. Preso em 2004, Shi foi condenado em abril do ano seguinte. O problema é que sua identificação só foi possível com a ajuda do Yahoo!, provedor de e-mail usado por Shi, que deu informações técnicas que permitiram vincular a mensagem suspeita ao seu endereço eletrônico. A organização Repórteres sem Fronteiras acusou a empresa de agir como um “informante da polícia”. O Yahoo! respondeu que “segue a lei dos países onde atua”. (TREVISAN p.170-171)

Ávidas pelo mercado chinês, as empresas de Internet fazem concessões cada vez maiores às exigências do Partido Comunista. Em janeiro de 2006, o Google, principal concorrente do Yahoo!, inaugurou seu novo site de buscas na China, pelo governo. O mais importante é o que bloqueia acesso a páginas que contenham informação “sensível”, como direitos humanos e defesa da democracia. (p.171)

Nessa situação, o Estado (o governo chinês), com ajuda do Capital (Yahoo! e Google) demonstram flagrante conflito de interesse das duas áreas contra a Sociedade Civil, pois a falta de liberdade de expressão é um atentado contra toda a sociedade aberta.

A própria vigilância contra os excessos e desmandos do Estado devem ser realizada pela Sociedade Civil. Como bem posiciona Fernandes, a apropriação de recursos públicos para fins privados é corrupção (FERNANDES, 1984, p.21). Por essa razão, o poder da

Imprensa, e da disseminação de informações via correio eletrônico, blogs e mensagens de celular que possibilitam a conscientização e mobilização de pessoas são ferramentas imprescindíveis para o empoderamento da Sociedade Civil em seu papel de vigilância do Estado. É bem verdade que o “poder de fato” é exercido por meio de violência, censura e controle de aparatos de repressão (lei e polícia), mas a falta de informação, importante ferramenta de controle e manipulação está cada vez mais difícil de ser exercido com o monopólio e controle dos meios de comunicação.

5. Considerações finais

De fato, na cenário do palco global, onde organizações ocupam espaços no jogo tridimensional, a Sociedade Civil, base de sustentação da civilização humana, encontra nas novas TIC's instrumentos para amplificar a sua voz. O poderio financeiro do Capital e o poder repressor do Estado é atingido pela opinião pública, com embates iniciados no espaço público da internet e levados à realidade social através da mobilização social, envolvendo outros atores sociais (ora do Primeiro Setor, ora do Segundo Setor, além de outros segmentos da sociedade). Esse é um fenômeno social, mas primordialmente comunicacional. No entanto, uma visão mais integralizadora e cooperativista (e não apenas digladiadora) da sociedade para a busca de um futuro seguro e sustentável se faz necessária, se não for possível como realidade atual, ao menos como um alvo a ser atingido no futuro. E isso envolve processos comunicacionais.

Bibliografia

ALMEIDA, Fernando. *Os desafios da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BENKLER, Yochai. *The wealth of networks. How Social Production transforms markets and freedom*. Connecticut: Yale University Press, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política*. 14ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BROWN, Ian a KORFF, Douwe. *Terrorism and the Proportionality of Internet Surveillance*. *European Journal of Criminology* 2009; 6; 119.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 7ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, Porém Público: o Terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1984.

IOSCHPE, Evelyn Berg (org). *Terceiro setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MELO NETO, Francisco Paulo de, e FROES, César. *Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1995

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Software Livre: A luta pela liberdade do conhecimento*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Comunicação Digital e a construção dos commons: Redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da e CASSINO, João. *Software Livre e Inclusão Social*. São Paulo: Conrad, 2003.

TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980

_____. *Powershift: as mudanças do poder*. Rio de Janeiro: Record, 1990

TREVISAN, Cláudia. *China: o Renascimento do Império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

_____. *Os chineses*. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.